



Seminário realizado no SEESP, em 6 de maio, aponta necessidade de investimentos das três instâncias de governo em modais de alta capacidade, como trens e metrô.

Página 5



Em defesa do transporte público estatal e de qualidade

Fernando Donasci/Folhapress



UMA DISCUSSÃO PARA OS BRASILEIROS

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

EM VISITA AO BRASIL, nos dias 28 e 29 de abril, o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), José Miguel Insulza, criticou a recomendação feita para que o País paralisasse o processo de licenciamento e as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A solicitação havia sido feita, no início do mesmo mês, pela CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), órgão ligado à OEA.

Surpreendido, o governo federal manifestou repúdio à atitude que considerou uma interferência descabida em assunto interno, conforme nota divulgada pelo Itamaraty: “O governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna.”

A reação acabou por ser confirmada por Insulza, para quem a “comissão deve revisar a decisão”, conforme entrevista concedida à *BBC Brasil*. “Acho que quando falamos de algo com a envergadura de Belo Monte, as coisas provavelmente teriam que ser vistas e conversadas com muito mais calma”, afirmou o presidente da OEA. Ainda segundo ele, a perplexidade com a qual a solicitação foi recebida pelo País era previsível: “Eu creio que era de se esperar”, afirmou.

As declarações do secretário-geral da OEA servem minimamente para restaurar o bom senso, tendo em vista que o episódio, de fato, tratou-se de afronta à soberania nacional. Certamente polêmica, a construção de Belo Monte é uma questão para ser discutida, da for-



ma mais informada possível, pela sociedade brasileira. Cabe a essa, após conhecer todos os fatores envolvidos, a real extensão dos impactos socioambientais e a necessidade inescapável de se assegurar geração de energia, decidir de forma consciente se quer a usina ou não. O melhor caminho parece estar no debate público a ser feito pela cidadania. Há os que advogam que a urgência de se assegurar o crescimento econômico e a distribuição de renda sobrepõe-se a interesses, ainda que legítimos, de pequenas comunidades. Há os que defendem que se lance mão de alternativas a

uma hidrelétrica de grande porte para evitar prejudicar populações tradicionais e o ambiente. Nesse embate, repleto de dúvidas e conflitos, valem mobilização, manifestações e protestos, recursos à justiça, exigência de audiências e esclarecimentos etc. Seja qual for a solução final, certamente será melhor se tiver sido consolidada a partir da participação ativa da população. Mas isso diz respeito aos brasileiros e ao seu direito à autodeterminação, não a organismos internacionais que parecem bastante seletivos ao escolher a quem ditar regras.

Construir ou não
Belo Monte é uma
decisão a ser tomada
pela sociedade
de forma consciente
e não diz respeito a
organizações estrangeiras.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editores:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa.

Projeto gráfico: Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Matheus Santos Conceição e Luis Henrique Costa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares.

Fotolito e impressão: Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 31 de maio de 2011. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Valorização profissional e responsabilidade coletiva

Guelder Bersanetti Muller

O EXERCÍCIO DA ENGENHARIA no Brasil iniciou-se em 1810, com a criação da Academia Militar do Rio de Janeiro por D. João VI, voltada ao desenvolvimento dos setores de ferrovia, saneamento, portos e edificações. Depois, em 1874, veio a fundação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com a extensão da profissão aos civis.

O Decreto Federal nº 23.569/33 regulamentou as profissões liberais de engenheiros, arquitetos e agrimensores, instituindo os conselhos regionais e o federal. Após, foi substituído pela Lei Federal nº 5.194/66, que integrou a expressão “agronomia” às denominações dos conselhos. Mais tarde, foram implantadas novas leis e resoluções, o Código de Ética Profissional (1971), a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e a Mútua de Assistência Profissional. Essa última pela Lei 6.496/77, que originou uma obrigatoriedade (o recolhimento de ART) e nenhum benefício aos profissionais nestes 33 anos. A Mútua, que recebeu no período 20% de todas as ARTs recolhidas, nunca prestou contas e jamais apontou o destino de tanto dinheiro, pois não possui patrimônio.

E assim caminham nossas profissões tecnológicas, convivendo com a ineficácia do Sistema Confea/Creas que, em termos de

A legislação vigente carece de modernização; de nada adianta um Código de Ética contendo apenas os deveres.

valorização profissional, deixa a desejar. Não oferece o menor apoio aos profissionais, além de não coibir o exercício por leigos sob a égide de convênios que ferem a Lei Federal nº 5.194/66. Exemplo disso é a permissão para que o Corpo de Bombeiros faça análises e aprovações de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndios, o que deveria ser tarefa de técnico habilitado.

A legislação profissional vigente apresenta-se de forma organizada, mas carecedora de modernização. De nada adianta um Código de Ética Profissional contendo apenas os deveres e não contemplando as mínimas aspirações pessoais de plena garantia e respeito no contexto do exercício das profissões tecnológicas. Estamos no século XXI, e a valorização se faz necessária. A conscientização dos profissionais demanda ampliação dos conhecimentos técnicos e uma maior participação nas decisões de matérias que lhes dizem respeito, em todos os segmentos da sociedade. Desenvolvimento tecnológico é fundamental ao processo de globalização em curso. Portanto, cada um de nós tem sua parcela de responsabilidade.

Guelder Bersanetti Muller é engenheiro civil e de segurança do trabalho e gestor ambiental e de planejamento do município de Marília/SP



HIGIENE NA PÓLIS



Qual o procedimento para sua empresa obter a ART?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Atendimento especial
(11) 9173-0687
(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Corrigir distorções NO SETOR ELÉTRICO

Soraya Misleh

A SEGURANÇA no abastecimento de energia pode estar comprometida. Preocupada com essa situação, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) tem feito uma série de ações. Um dos problemas são as distorções encontradas no mercado livre. Este é formado por aqueles que podem optar por comprar energia de qualquer agente, como um gerador independente ou comercializador.

Segundo Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do SEESP, aí se enquadrariam grandes usuários, por exemplo indústrias de porte. “Representam 25% do consumo no Brasil.” Já no mercado cativo estão aqueles que não podem escolher a distribuidora de energia, caso dos clientes residenciais, entre outros.

Na contratação, enquanto alguns comercializadores ou produtores independentes têm atuado na ilegalidade, sem o chamado lastro – garantia física de que possuem a energia para entrega –, as distribuidoras são obrigadas a efetuar contratos de longo prazo. Consequentemente, a segurança no abastecimento e

a necessária expansão do setor para tanto recaem sobre essa última parcela e indiretamente, como aponta o consultor da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Roberto Pereira D’Araujo, o mercado cativo fica com a conta. “O sistema tem um custo. Se alguém consegue comprar energia a curto prazo por até 1/10 do valor, alguém está pagando muito mais (para compensar o baixo preço).”

FNE tem feito ações junto aos órgãos competentes para que falhas e ilegalidades no mercado livre sejam reparadas.

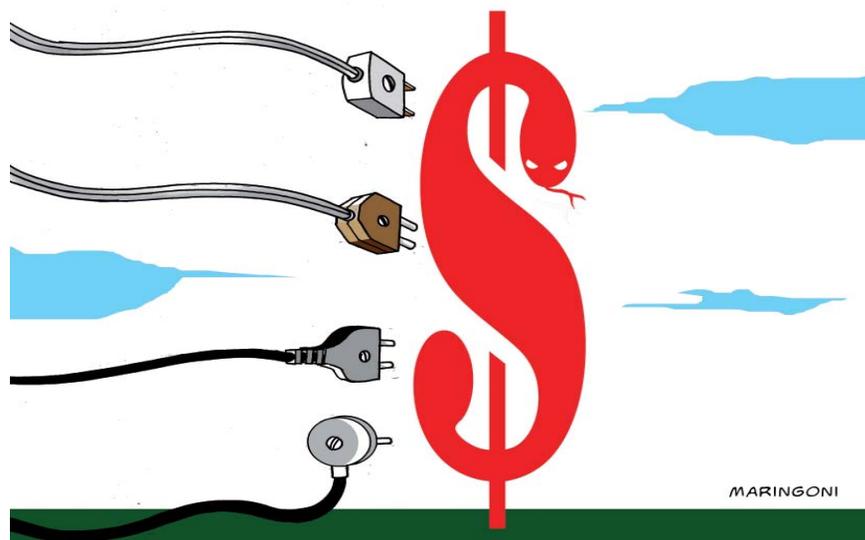
Outro problema, na sua concepção, é a falta de transparência no mercado livre. As operações realizadas, conforme ele, permanecem completamente obscuras aos olhos da sociedade. “Não se sabe quem compra de quem, por qual custo e por quanto tempo, os contratos são apresentados (ao órgão regulador) após o consumo (ex-post) e a volatilidade nos preços é muito grande. Quando sobem, revela-se que há muita especulação. É uma estrutura artificial, que propicia a entrada de intermediários.” Kirchner observa que para “uma comercializadora ser autorizada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para atuar no mercado livre, não há necessidade de nenhuma comprovação de capacitação técnica e experiência anterior, nenhuma

verificação de robustez financeira e nenhum patrimônio mínimo”. Além da transferência da fatura para quem não é responsável por essa situação, o resultado é o calote e a possibilidade de evasão fiscal.

Saídas propostas

Corrigir as distorções passaria pela revisão do modelo do setor elétrico, como atesta D’Araujo, porém ele acha isso pouco provável. Alternativa então, na sua ótica, seria incrementar a fiscalização e a regulamentação do mercado livre, exigirem-se contratos antecipados e de no mínimo dois anos.

Como parte de suas ações, a FNE e diversas outras entidades elencaram em documento conjunto encaminhado ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em 24 de março último, sugestões para garantir essa adequação. Entre as propostas, estão a não mais aceitação dos *ex-post*, a não mais admissão de montantes flutuantes nos contratos de compra e venda de energia na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a exigência que a aferição mensal de lastro do consumo medido e os montantes contratados nos últimos 12 meses seja efetuada caso a caso, conforme previsto no Decreto nº 5.163/2004, que, entre outros aspectos, regulamenta a comercialização. Segundo o documento, que reivindica correção das falhas e ilegalidades – apontadas em audiência pública da Aneel realizada em 2010 –, os dispositivos legais determinam que a totalidade da energia consumida ou vendida esteja garantida. “Dessa forma, o marco regulatório deveria visar e incentivar a contratação com a maior antecedência possível”, conclui.



DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidasacruz@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seespplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjhc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespauptate@vivax.com.br.

DEBATE CONCLUI: *falta* METRÔ EM SÃO PAULO

Lucélia Barbosa

PARA APROFUNDAR a discussão sobre a falta de planejamento no transporte coletivo e as ameaças de privatização do Metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), o Fórum em Defesa do Transporte Público, Estatal e de Qualidade promoveu no dia 6 de maio, na sede do SEESP, o seminário “Estratégia para o transporte urbano”.

O encontro teve como objetivo estabelecer as diretrizes de uma ampla campanha sobre o tema. “A partir dessa discussão, a intenção é fazer uma cartilha popular para dialogar com os trabalhadores e toda a sociedade, visando forte mobilização contra a privatização e para exigir um sistema rápido, com conforto e com tarifa reduzida”, detalhou Altino de Melo Júnior, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

Na opinião de Wagner Fajardo Pereira, presidente da Fenametro (Federação Nacional dos Metroviários), o sistema sobre trilhos deve ser estatal. Ele acredita que é fundamental discutir o problema da privatização com a população para que ela se torne a principal aliada nessa luta. “Apesar de muitos teóricos da burguesia afirmarem que o setor metroferroviário é público, independentemente de ser estatal ou privado, precisamos esclarecer aos cidadãos que isso não é verdade. As empresas só pensam no lucro e quem perde são as pessoas que utilizam o sistema. Um exemplo dos problemas causados pela privatização é o metrô do Rio de Janeiro. Antes da concessão, transportava 1,2 milhão de pessoas por dia. Hoje esse número não chega a 500 mil”, alertou.

Conforme Sérgio Renato Magalhães, mestre em geografia e vice-presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, a discussão sempre esteve na pauta da sociedade. Desde 1968, quando surgiu o

projeto original do Metrô paulista, já havia um consenso sobre a necessidade de priorizar o transporte coletivo sobre o individual. “De lá para cá, essa concordância só cresceu. Além disso, os eventos internacionais – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 – precipitaram a discussão por mais metrô, que hoje não está restrita aos sindicatos e à academia, está nos bairros e nas ruas”, disse. “Um dos problemas é que para a pessoa comum não importa se o metrô é privado ou estatal. Outro impasse é que a expansão do sistema hoje significa engordar as linhas já existentes. Há ainda a especulação imobiliária e a expulsão da periferia mais para longe”, mencionou.

Para Marcos Kiyoto, arquiteto e urbanista, não existe solução única, nem pontual, deve haver integração entre as linhas metroviárias e dos trens urbanos. “O ideal é pensar em sistema. Só teremos mobilidade na cidade se criarmos uma rede metropolitana de transporte de alta capacidade”, opinou.

Carros demais, trilhos de menos

De acordo com o engenheiro Emiliano Stanislau Affonso, diretor do SEESP, o modelo atual do sistema metroferroviário tem, entre outras consequências, baixa mobilidade, demora no tempo das viagens e exclusão social. “Cerca de 37 milhões de brasileiros não conseguem utilizar o transporte regularmente por falta de recursos. Desse total, 5,3 milhões estão na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo).”

Ainda segundo ele, outro problema é que a cidade de São Paulo tem mais de 7 milhões de carros que circulam nas ruas sem nenhuma penalidade. Por outro lado, existe muita dificuldade para aprovar os projetos das novas linhas de metrô. “Os automóveis geram 10 mil toneladas de poluentes todos os dias úteis, somente em São Paulo. Isso leva ao aumento do número de mortes, dos custos com saúde, da temperatura do planeta, das catástrofes ambientais”, criticou.

O diretor do SEESP ressaltou ainda os inúmeros benefícios gerados pelo metrô, tais



Pereira, Melo Júnior, Kioto, Godeiro, Affonso e Magalhães durante o debate.

como redução da emissão de poluentes, do consumo de combustível, do custo operacional, do valor gasto com manutenção e operação das vias, do tempo das viagens e do número de acidentes. “Hoje esse ganho soma cerca de R\$ 5 bilhões por ano”, citou.

Além disso, Affonso enfatizou que a construção de redes de metrô e trens metropolitanos propicia receitas às três esferas de governo em montante maior do que o investido, seja através da arrecadação de tributos na construção, no aumento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), entre outras. “É urgente e necessário priorizar o transporte coletivo, investir na construção de redes não poluentes, incentivar integração e racionalização, reduzir os custos dos insumos e impostos, criar fundos para investimento no setor, garantir participação social na definição e acompanhamento dos recursos e ações integradas e complementares dos três níveis de governo”, recomendou.

Importante para colocar tal ideia em prática pode ser uma revisão da destinação dos recursos públicos. Conforme Nazareno Godeiro, representante do Ilaese (Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos), faltam investimentos no sistema sobre trilhos. “Em 2009, o Estado gastou R\$ 9 bilhões no pagamento de juros da dívida pública e apenas R\$ 2 bilhões com o metrô. Já o governo federal desembolsou R\$ 380 bilhões com juros das dívidas externa e interna e somente R\$ 12 bilhões em transportes”, comparou.

Fórum voltado ao tema pretende lançar campanha para conscientizar a população e estimulá-la a cobrar que governo invista no setor.



REDUZIR A JORNADA E *garantir conquistas*

Soraya Misleh

GUIANDO-SE COM a pauta aprovada na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em junho do ano passado, as centrais sindicais decidiram realizar até agosto próximo uma série de iniciativas unificadas. O objetivo é pressionar o Parlamento e o Executivo federais a incluírem na agenda do segundo semestre bandeiras históricas do movimento.

Em reunião na sede da UGT (União Geral dos Trabalhadores), em São Paulo, com a participação de dirigentes dessa organização, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Força Sindical, NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), no dia 9 de maio, foram elencados os temas prioritários para essa etapa. São eles: redução da jornada para

40h semanais sem diminuição de salário; fim do fator previdenciário; regulamentação da terceirização; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõem respectivamente sobre o direito de negociação do funcionalismo público e a proibição de demissão imotivada; e a questão das práticas antissindicais. “Há total unidade nessas bandeiras. Queremos agora definir encaminhamentos nas negociações com o governo”, afirmou Wagner Freitas, diretor-tesoureiro da CUT.

Agenda

Além de um encontro para tanto, na mesma semana, as centrais fecharam duas datas para realizar grandes mobilizações: 24 de maio, no Congresso Nacional, especificamente pela redução da jornada, e 3 de agosto, em âmbito nacional, em que se incluirão esse e os demais pontos preponderantes da pauta. Nesta última, a proposta é a organização de manifestações públicas de vulto em diversas capitais brasileiras, caracterizando o que denominaram Dia Nacional

de Lutas. A iniciativa foi previamente anunciada durante o Dia do Trabalhador – 1º de maio – para compor o calendário do movimento sindical após essa celebração. A ideia é conjugá-la com a volta do recesso parlamentar no segundo semestre.

Wagner Gomes, presidente da CTB, aponta o panorama em que devem se dar as negociações sobre esses temas no período: “Dentro do governo, tem uma ala rentista e uma parte que defende mais o desenvolvimento.” Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), pondera que o embate exigirá negociação complexa. “São assuntos complicados e de difícil regulamentação, porque existem diferentes interesses em jogo. Isso torna a tarefa da condução do processo pelas centrais muito mais delicada e exige muito mais unidade de ação e grande capacidade de mobilização dos trabalhadores.” Gomes ratifica que disso depende “disputar o caminho do Executivo”.

O deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical, atesta e enfatiza: “Como acredito que vamos fazer muita pressão, acredito na votação da redução da jornada de 44h para 40h semanais (*ainda em 2011*).” Referindo-se sobretudo a esse tema, ele defendeu que, além das duas datas, seja feita mobilização permanente no Legislativo, com iniciativas como plantão diário de centenas de sindicalistas na Câmara dos Deputados e a retomada da colocação de cartazes nos gabinetes dos parlamentares, indicando quais apoiam a proposta de emenda à Constituição. A despeito da conjuntura complexa, Paulinho destaca um dado positivo. Segundo ele, pesquisa recente indicou que “53% são favoráveis à votação da redução da jornada e 47% se opõem”. Outro tema que deve exigir mobilização está sendo colocado na agenda pelo governo: a desoneração da folha de pagamento. “A princípio somos contra”, disse o presidente da Força Sindical. A mobilização das centrais cumpre, nesse sentido, papel de resistir também a investidas sobre os salários e a renda.

Saúde e segurança no trabalho em foco

Para além da luta por conquistas, as centrais sindicais participaram em 3 e 4 de maio de seminário que abordou a evolução do trabalho no mundo globalizado, bem como segurança e saúde no ambiente laboral. Os dois últimos

foram apontados como prioritários pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que promoveu a atividade, dedicada ao Dia Internacional do Trabalhador. A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) foi representada por seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, disse que as empresas precisam investir em equipamentos adequados, e os trabalhadores devem aprender a utilizá-los corretamente. “Vamos fazer uma campanha sobre a necessidade de segurança e saúde”, destacou. Ele salientou ainda que a geração de empregos tem sido uma constante e que mais jovens com idade entre 18 e 29 anos estão ingressando no mercado. Na sua ótica, o grande desafio é ter emprego com qualidade e, nesse sentido, a capacitação profissional é fundamental.

(Com informações do MTE)



Renato Alves/MTE

Evento apontou a necessidade de investimentos em melhores condições aos trabalhadores.

Novidades

Salão de beleza

Corte de cabelo, escova, hidratação, penteados, maquiagem, manicure, pedicure e estética corporal estão entre os serviços realizados no Para-Ti Salão de Beleza. Funciona de terça-feira a sábado, das 8h às 19h, na Rua Antônio Joaquim Santana, 423, Jardim Maria do Carmo, em Sorocaba (SP). Mais informações pelos telefones (15) 3011-3949, 3032-0766, 3012-4412 e *e-mails* paullete.2004@ig.com.br e loiralli@hotmail.com. Desconto de 10%.

Psicologia em Perdizes e na Consolação

Adolescentes e adultos têm duas novas opções para fazer psicoterapia na Capital. Uma é com Antônio Vaszken Dichtchekenian, que atende no consultório na Rua Aimberê, 1.731, Perdizes. Mais informações pelo telefone (11) 3865-7557, *e-mail* transpessoal@live.com e no *site* www.trans-feno.blogspot.com. Desconto de 20%. Outra com Melissa Marques Torres de Oliveira, que utiliza abordagem do psicodrama. As sessões ocorrem na Rua Dona Antônia de Queirós, 504, conjunto 121, Consolação. Mais informações pelos telefones (11) 2361-7682 e 9272-2050, *e-mail* melaranja@gmail.com. Desconto de 25%.

Tratamento odontológico

Clínica geral, prótese, endodontia (canal) e implante dentário são serviços realizados por Marco Antonio Callegari. Atende na Rua Doutor Bráulio Gomes, 25, conjunto 904, República, Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3231-1824 e *e-mail* marco_callegari@ig.com.br. Desconto de 30%.

Máquinas de escritório

É possível comprar ou alugar máquinas para escritório na Auditem Informática, na Rua Eduardo Chaves, 98, Luz, na Capital de São Paulo. Mais informações pelo telefone (11) 3327-5666, *e-mails* marco.gioia@auditem.com.br, fabio@auditem.com.br e no *site* www.auditem.com.br. Desconto de 5%.

Centro auditivo com desconto

Aparelhos auditivos para adultos e crianças, assistência técnica, exame de audiometria e acessórios podem ser encontrados no Centro Auditivo Viva. Situa-se na Rua Clodomiro Amazonas, 1.099, conjunto 11, Vila Nova Conceição, na Capital. Também faz atendimento domiciliar. Mais informações pelo telefone (11) 3044-2137, *e-mail* juliana@centroauditivoviva.com.br e no *site* www.centroauditivoviva.com.br. Desconto de 30%.

Aulas de dança em Sorocaba

Escola de Dança Fernando Vasconcelos, com desconto de 20% aos associados. Fica na Avenida Gonçalves Magalhães, 346, Trujilo, em Sorocaba (SP). Mais informações pelos telefones (15) 3016-6344, 8810-6709, *e-mail* dancafernandovasconcelos@gmail.com e no *blog* http://migre.me/4vTJb.



Fisioterapia com 20% de desconto

Está ao alcance dos associados tratamento com a fisioterapeuta Bianca Zezi, em São José do Rio Preto, com opção de atendimento domiciliar. Destacam-se entre os serviços disponíveis drenagem linfática e massagem relaxante. Oferece ainda serviços para pessoas com incontinência urinária e fecal, em fase pós-operatória de câncer de mama e de próstata, gestantes, bem como ginástica laboral em empresas. O Cefis (Centro de Fisioterapia e Saúde) fica na Rua Monsenhor Gonçalves, 260, Vila Ercília. Mais informações pelos telefones (17) 3013-4353, 9164-5004, *e-mail* biank_rp@hotmail.com e no *site* www.fisiocefis.com.br. Desconto de 20% e pagamento parcelado.

Convênios

Prestação de serviços

- **Monte Castelo Eventos** – Festas de casamento, formatura, baile de debutante e eventos. Rua João Francisco de Oliveira, 330, Jardim Sampaio Vidal, em Ribeirão Pires (SP). Informações pelo telefone (11) 4511-5032, *e-mail* atendimento@montecasteloeventos.com.br e no *site* www.montecasteloeventos.com.br. Desconto de 10%.

Saúde

- **Endocrinologia** – Dr. Orlando Faria Justus. Rua Bartolomeu de Gusmão, 533, Vila Mariana, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 5572-1978 e *e-mail* ofjustus@ig.com.br. Preço da consulta: R\$ 80,00.
- **IMO** (Instituto de Moléstia Ocular Doutor Virgílio Centurion) – Consultas, exames e cirurgias. Avenida Ibirapuera, 624, Moema, na Capital. Informações pelo telefone (11) 5573-6424, *e-mail* agendamento@imo.com.br e no *site* www.imo.com.br. Preço conforme tabela da AMB.
- **Otorrinolaringologia** – Hospital Rubem Berta. Avenida Rubem Berta, 1.100, Indianópolis, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 5908-6474, *e-mail* rubemberta@rubemberta.com.br e no *site* www.rubemberta.com.br. Preço conforme tabela da AMB 92.
- **Pediatria** – Dr. Antonio Carlos Pastorino, especialista em alergia e imunologia. Rua Capote Valente, 439, Pinheiros, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 3063-2791 e *e-mail* acpastorino@uol.com.br. Desconto de 30%.
- **UPO** (Unidade Paulista de Oftalmologia) – Avenida Ibirapuera, 1.851, Indianópolis, Capital. Informações pelo telefone (11) 5051-3536 e *e-mail* upo.saopaulo@hotmail.com. Preço conforme tabela da AMB 92.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site* www.seesp.org.br



Encontro com presidente da Alemanha

À frente do SEESP e da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), Murilo Celso de Campos Pinheiro participou no dia 6 de maio de almoço oferecido na Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo ao presidente do país europeu, Christian Wulff, em sua visita a este destino. O chefe de Estado ressaltou, na ocasião, pontos como a parceria estratégica entre as duas nações e a existência de oportunidades de investimentos nos projetos de infraestrutura e nos preparativos para as grandes iniciativas esportivas. Tema este que vai ao encontro do trabalho que vem sendo desenvolvido pela FNE, com a adesão do SEESP e demais sindicatos filiados, dentro do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Wulff enfatizou: “Esta é a década



Pinheiro, Edgar Horny (VDI-Brasil), Wulff, Aluizio Fagundes (Instituto de Engenharia/SP) e Ricardo Figueiredo Terra (Senai-SP)

em que os olhos do mundo estarão voltados ao Brasil. Oferecemos nossa experiência na organização desses grandes eventos.” Ele apontou ainda o interesse alemão em colaborar com outros projetos, como o trem-bala que ligará o Rio de Janeiro a Campinas. Após o almoço, o presidente europeu participou da pré-inauguração do

Centro Alemão de Inovação e Ciência – São Paulo, vinculado à câmara. Segundo informações da assessoria de imprensa desta, tal órgão abrigará a partir do segundo semestre representações de 11 universidades e institutos de pesquisa daquele país interessados em gerar projetos bilaterais de cooperação tecnológica.

Oportunidades

Segundo levantamento feito até o dia 10 de maio, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de 90 vagas, sendo 84 para engenheiros das diversas modalidades, três para estudantes e três, *trainees*. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

Campanhas salariais

CPFL – Em 9 de maio ocorreu na sede da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas assembleia de aprovação da pauta de reivindicações da categoria. A data-base é 1º de junho.

Continuam abertas inscrições para VEcoSP

Importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável, o VEcoSP (Encontro Ambiental de São Paulo), promovido pelo SEESP e FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), continua com inscrições abertas. Neste ano, a iniciativa ocorrerá entre 7 e 9 de novembro próximo, no Complexo Parque Anhembi, na Capital paulista. As plenárias técnicas terão lugar no Auditório Elis Regina e a feira ambiental, no Salão de Exposições (Hall Nobre 3). Serão abordados temas constantes do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE

em 2006 e atualizado em 2009, cuja plataforma pensada para o País propugna por crescimento econômico com preservação do meio e inclusão social. O evento englobará, assim, questões como energias alternativas, política e tecnologias ao tratamento de rejeitos sólidos e efluentes. Ainda entre os temas, neutralização dos gases de efeito estufa, recuperação de áreas degradadas e mercado de crédito de carbono; solução para resíduos de arborização urbana; e os benefícios da era espacial ao ambiente. Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2616 e no *site* www.ecosp.org.br.

CNTU inaugura neste mês série de eventos

Em 20 de maio terá início em Maceió, capital de Alagoas, a série de encontros programados pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) que colocarão em pauta temas de interesse da sociedade brasileira nas diversas regiões do País. Serão cinco iniciativas do gênero, que culminarão com um grande evento nacional a se realizar em São Paulo, nos dias 24 e 25 de novembro próximo. Na atividade inaugural, o tema será “Emprego, trabalho e qualificação profissional”. Mais informações pelo telefone (82) 3223-6807 e *e-mail* senge_al@hotmail.com.

